

JUGO CORRECE. JORNAL DA TARDE
Mais um passo certo
5 JUL 1984
na questão da dívida

Creamos que os acontecimentos das últimas semanas em relação ao problema da dívida externa já permitem dizer, com razoável segurança, que o caminho para a negociação de alto nível está aberto e se aproxima o momento da sua realização.

Por negociação de alto nível entendemos aquela entre chefes de governo de países credores e devedores, para diferenciá-la das negociações normais e rotineiras entre funcionários dos bancos credores e dos governos devedores.

É claro que não podemos saber, ainda, se haverá ou não reunião conjunta de chefes de governo sobre esse assunto, mas nos parece bastante claro que pelo menos no âmbito hemisférico o presidente dos Estados Unidos se sentará à mesa com alguns presidentes latino-americanos.

O mais recente lance nessa direção estava nos jornais de ontem: a carta-resposta do presidente Figueiredo ao presidente Reagan, em função daquela que este lhe enviou dias atrás.

Lembremos que em nosso comentário de segunda-feira última havíamos chamado a atenção do leitor para o fato de se tratar de epístolas de caráter pessoal. Assim, quando o presidente Reagan dizia na sua "permanecemos prontos para negociar quando for necessário", a interpretação livre da frase seria de que ele está disposto a sentar-se e conversar sobre o tema.

O presidente Figueiredo percebeu e aproveitou essa deixa. Diz ele em sua resposta: "Tendo anotado, com muita satisfação, a disposição que v. exa. expressa (...) reafirmo-lhe a disposição que existe no Brasil e em outros países latino-americanos de proceder a uma reflexão conjunta sobre a questão da dívida (...) com vistas à busca de medidas capazes (...) de propiciar uma solução para a carga excessiva do endividamento e a criação de condições favoráveis à retomada do desenvolvimento pelas nações devedoras e à expansão sustentada da economia e do comércio internacionais".

Creamos que não há nada de vago nem gratuito nessa linguagem. O presidente do Brasil está convidando o presidente dos Estados Unidos para uma conversa séria sobre o assunto. Quando e com quais participantes é uma questão em aberto. Mas a agenda, o temário já está explicitado: propiciar soluções. Soluções para dois problemas, um dos países devedores (a carga excessiva do endividamento), outro dos países credores (queda do comércio internacional). Por que este último é mais um problema dos países credores do que dos devedores? Basta ver o déficit comercial norte-americano. Ele se deve basicamente à retração global do comércio mundial, derivado também das limitações à importação nos países devedores. Estes, apesar daquela retração global, estão conseguindo aumentar as suas exportações a ponto de gerar superávits comerciais.

Então o problema da dívida não é um problema a ser resolvido apenas entre bancos privados e governos devedores. Na medida em que ele afeta toda a atividade econômica — comércio, serviços e produção — em escala internacional, é um problema que exige participação e cooperação de governos.

No nível técnico, no nível das negociações estritamente financeiras, entre banqueiros privados e autoridades econômicas dos países devedores, já se vem fazendo o que era possível: reescalonamento do principal, refinanciamento dos juros, extensão dos prazos de amortização, ampliação da carência, etc. A chamada planilha de pagamentos já tem sido revisada de alto a baixo. Ainda há coisas que podem ser melhoradas nesse âmbito — redução de taxas de spread, de comissão e de repasse, por exemplo —, mas há coisas que decididamente os banqueiros privados e as autoridades dos países devedores não podem resolver. Como assegurar mercados crescentes aos produtos dos países devedores é uma delas; como montar um mecanismo de compensação de flutuações das taxas de juros é outra; como ampliar o papel do FMI e do Banco Mundial no financiamento de desequilíbrios é uma terceira. Isso para citar apenas alguns assuntos que poderiam estar na pauta de conversações diretas entre chefes de Estado e de governo.

Alguns críticos — o prof. Celso Furtado entre eles — diriam que os governantes latino-americanos — o do Brasil inclusive — deviam forçar mais a mão e propor uma data para o início das conversações de alto nível, acenando até mesmo com a possibilidade de deliberações autônomas caso o encontro não se realize. Esta, no entanto, é uma questão eminentemente tática. Alguns são favoráveis a táticas mais agressivas e mais decisivas, outros preferem pressões mais suaves e menos irreversíveis.

Nossa opinião é que, no momento, a tática do governo brasileiro está correta. O presidente Figueiredo não deixa, em sua missiva, o prazo inteiramente em aberto, pois assinala claramente "o sentido de urgência da questão". Mas é evidente que, havendo nos diversos países latino-americanos diferentes quadros políticos limitando ou delimitando as ações dos respectivos governos nesse assunto — há nos próprios Estados Unidos e no Brasil sucessões presidenciais iminentes e ainda indefinidas —, não se pode impor uma data precisa.

O importante, a nosso ver, é que a esta altura o governo norte-americano está ciente de que foi convidado para uma conversa e não pode tergiversar: tem de dizer se se dispõe ou se não se dispõe "a proceder a uma reflexão conjunta", como diz o presidente Figueiredo. A estratégia é realizar uma reunião de cúpula sobre o assunto. Isso ficou claro. É uma perspectiva. Aliás, a única capaz, como vimos dizendo desde o início, de realmente encontrar solução para um problema que se tornou mais grave que o do petróleo, o qual, há dez anos, parecia insuperável. É até irônico que a dívida tenha mergulhado o Brasil numa recessão que a crise do petróleo não conseguiu trazer; irônico, mas não incompreensível.